

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E O PENSAMENTO ANTÁRTICO BRASILEIRO DESDE A DÉCADA DE 1950¹

*BRAZILIAN NATIONAL WAR COLLEGE AND THE BRAZILIAN ANTARCTIC THINKING
SINCE THE 1950S*

*LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA Y EL PENSAMIENTO ANTÁRTICO BRASILEÑO
DESDE LOS AÑOS 1950*

Guilherme Lopes da Cunha*
Ana Flávia Granja e Barros**
Paulo E.A.S. Câmara***
Fábio Albergaria de Queiroz****

RESUMO

O Brasil destaca-se como um dos países com participação efetiva nos assuntos antárticos. Atualmente, mantém políticas públicas bem definidas, junto a intensa atividade diplomática e científica voltada para o “Continente Gelado”, posto que os primeiros estudos sobre a Antártica no Brasil tenham sido realizados na

1 Este texto consiste em continuação da pesquisa publicada em versões anteriores na Revista da ESG, em Cunha *et al.* (2022), e no livro Brazil in the Geopolitics of Amazonia and Antarctica, Lexington Books, editado por Queiroz *et al.*, (2023).

* Professor e pesquisador da Escola Superior de Guerra (ESG). Membro Associado do Procad-Defesa, Projeto Prospectiva em Segurança e Defesa. Pós-doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4744045184454299> / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8639-747X>. Contato: guilherme.lopes@esg.br.

** Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Diretora do Brasília Research Centre/Earth System Governance. Pós-Doutora em Direito Internacional pela Aix-Marseille Université. Doutora em Relações Internacionais pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Bolsista PQ do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7599253575479186> /Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-8804-0378> Contato: anaflaviaplataiu@gmail.com

*** Professor e pesquisador do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador no âmbito do Programa Antártico Brasileiro. Pós-Doutor pela Universidade de Brasília. Doutor em Ciências Biológicas pela University of Missouri-Saint Louis. Bolsista PQ do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2742831544064073>/Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3944-996X> Contato: paducamara@gmail.com.

**** Professor e pesquisador da Escola Superior de Defesa (ESD). Pós-Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais e em Estudos Latino-Americanos. Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0832403038585319/> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3465-3619> Contato: fabio.queiroz@defesa.gov.br.

Escola Superior de Guerra (ESG), na década de 1950. Embora esses estudos e as dinâmicas da política internacional tenham demonstrado a importância da Antártica para o Brasil, a adesão ao Tratado da Antártica somente aconteceu em 1975. Nesse contexto, a conformação de um Pensamento Antártico Brasileiro desencadeou uma dinâmica político-administrativa interna ímpar. Contudo, em que circunstâncias as atividades refletidas, inicialmente, no âmbito da Escola, tornaram-se uma política de Estado? Por ocasião dos 75 anos de criação da ESG, convém avaliar as raízes do Pensamento Antártico Brasileiro, considerando a Escola como um pilar nesse processo. A evolução desse Pensamento Antártico Brasileiro foi analisada a partir do tripé de Delmas-Marty, baseando-se em atores, fatores e processos. Como resultado, constatamos que a ESG teve um papel central no início da construção do pensamento brasileiro, o qual hoje estende-se para o Ártico e tem maior participação de outros atores, notadamente da comunidade científica.

Palavras-chave: Antártica; Escola Superior de Guerra; Geopolítica Polar; Programa Antártico Brasileiro.

ABSTRACT

Brazil stands out as one of the countries that participates effectively in Antarctic affairs. It maintains well-defined public policies and intense diplomatic and scientific activity focused on the "Icy Continent" since the first studies on Antarctica in Brazil were carried out at Brazilian National War College (ESG) in the 1950s. Although these studies and the dynamics of international politics have demonstrated the importance of Antarctica for Brazil, adherence to the Antarctic Treaty only took place in 1975. Forming a Brazilian Antarctic Thought triggered a unique internal political-administrative dynamic in this context. However, under what circumstances did the activities initially reflected within the scope of the College become State policy? On the occasion of the 75th anniversary of the creation of ESG, it is worth evaluating the roots of Brazilian Antarctic Thought, considering the School as a pillar in this process. We analyzed the evolution of this Brazilian Antarctic Thought based on the Delmas-Marty tripod, which is based on actors, factors, and processes. As a result, we found that ESG played a central role in the beginning of the construction of Brazilian thought, which today extends to the Arctic and has greater participation from other actors, notably the scientific community.

keywords: Antarctica; Brazilian National War College; Polar Geopolitics; Brazilian Antarctic Program

RESUMEN

Brasil se destaca como uno de los países con participación efectiva en los asuntos antárticos. Actualmente, mantiene políticas públicas bien definidas, junto con una intensa actividad diplomática y científica centrada en el “Continente Helado”, ya que los primeros estudios sobre la Antártida en Brasil se realizaron en la Escuela Superior de Guerra (ESG) en la década de 1950. A pesar de que estos estudios y la dinámica de la política internacional demostraron, en los años siguientes, la importancia de la Antártida para Brasil, la adhesión al Tratado Antártico solo tuvo lugar en 1975. En este contexto, es posible identificar la conformación de un Pensamiento Antártico Brasileño, que desencadenó una intensa dinámica político-administrativa interna única. Sin embargo, ¿en qué circunstancias las actividades reflejadas inicialmente en el ámbito de la Escuela se convirtieron en una política del Estado? Con motivo de los 75 años de creación de la ESG, es oportuno evaluar las raíces del Pensamiento Antártico Brasileño, considerando a la Escuela como un pilar en este proceso. La evolución de ese Pensamiento Antártico Brasileño se analizó a partir del trípode de Delmas-Marty, a partir de actores, factores y procesos. Como resultado, ESG tuvo un rol central en el inicio de la construcción del pensamiento brasileño, que hoy se extiende al Ártico y cuenta con una mayor participación de otros actores, en particular de la comunidad científica.

Palabras clave: Antártida; Escuela Superior de Guerra; Geopolítica polar; Programa Antártico Brasileño

1 INTRODUÇÃO

O “Pensamento Antártico Brasileiro” corresponde aos debates, por pensadores da geopolítica, diplomatas e militares, desde a década de 1950, sobre qual deveria ser a política brasileira para a região. O Brasil tem sido um país polar há mais de 40 anos, ainda que a importância geopolítica da Antártica tenha sido reconhecida no País bem antes disso. O Brasil não tinha um interesse claro na Antártica antes da década de 1970 (Silva, 2020), embora, nos bastidores, tenha havido uma intensa reflexão.

O acesso a documentos que eram restritos, alguns secretos à época, tem revelado as preocupações brasileiras sobre a Antártica. Nesse contexto, a Escola Superior de Guerra (ESG) teve participação crucial nas raízes do Pensamento Antártico Brasileiro, lançando reflexões que se desdobraram em intensa atividade científica, as quais remetem à atual geopolítica polar do Brasil. A fim de verificar o papel da ESG na construção de uma abordagem geopolítica brasileira para a Antártica, propõe-se avaliar como as políticas e tendências atuais encontram sua justificativa nas iniciativas construídas desde a década de 1950, na ESG.

A Antártica é uma das últimas fronteiras do planeta. Sendo um continente único, atrai a atenção pela magnitude dos seus números. Entre outros atributos:

i) possui 14 milhões de quilômetros quadrados, em um tamanho comparável aos territórios combinados do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Peru e Bolívia; ii) o volume de gelo equivale a 70% de toda a água doce disponível no planeta; iii) possui depósitos minerais de enorme importância, como urânio, ouro, prata, ferro e carvão. Dessa maneira, compreende-se o motivo pelo qual a Antártica representa uma questão candente na política mundial. Ainda que definida como parte do entorno estratégico do País (Brasil, 2020), a Antártica tem estado predominantemente ausente da identidade cultural nacional. O povo brasileiro tem historicamente se visto como cidadãos com pouca ou nenhuma conexão com as regiões polares, o que indica a ausência de princípios que dimensionem a relevância de um engajamento nas decisões políticas mundiais sobre as regiões polares.

Baseando-se em documentos oficiais encontrados em arquivos militares e diplomáticos, a análise foi dividida em três fases. Inicialmente, investigou-se a percepção das autoridades sobre os motivos pelos quais o Brasil deveria investir na diplomacia e na geopolítica antártica, entre o fim da Segunda Guerra Mundial até a assinatura brasileira do Tratado da Antártica em 1975. Em seguida, analisou-se uma segunda fase que vai até 2020, quando foi inaugurada a nova estação científica antártica Comandante Ferraz (EACF). Em uma etapa final, após 2020, avaliou-se a participação do Brasil como mero observador ou como um rígido “modelador de normas” em questões relacionadas à Antártica.

2 UMA HISTÓRIA PROTEGIDA POR SIGILO

A literatura científica costuma afirmar que o interesse brasileiro na Antártica remonta a 1975, quando o Brasil decidiu aderir ao Tratado. No entanto, praticamente não havia informações anteriores a este marco. As razões principais para isso são duas: 1) a falta de interesse dos historiadores e pesquisadores brasileiros e; 2) o elevado nível de sigilo dado pelo Governo àqueles documentos. Nesse contexto, Cunha *et al.* (2022) e Câmara *et al.* (2020) apontam a existência de evidências históricas e documentais que nos permitiram mapear a evolução do pensamento geopolítico antártico no Brasil.

A Antártica não era assunto de interesse do Brasil até o início da década de 1950. O primeiro documento oficial conhecido sobre a Antártica data de 1955: o relatório produzido pelo Tenente-Coronel do Exército Wladimir Bouças, onde ele avalia que o Brasil deveria reivindicar território na Antártica (Bouças, 1956). Contudo, enviado ao Estado-Maior do Exército, não resultou em nenhuma ação e logo foi esquecido.

De acordo com o arquivo sigiloso produzido pela ESG (Brasil, 1956, p. 5), o primeiro envolvimento oficial ocorreu, quando a Índia decidiu, em 1956, apresentar uma moção para a utilização pacífica da Antártica, na reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual o Chile e a Argentina protestaram. A questão acabou

sendo retirada da agenda, mas a situação obrigou o Brasil a manifestar-se. No ano seguinte, a Índia tentaria novamente, sem sucesso, a mesma moção, sendo o Brasil mais uma vez instado a posicionar-se. Foi nessa sucessão de acontecimentos que, oficialmente, houve o ponto de partida do interesse brasileiro pelo assunto.

Objetivando ampliar conhecimento em assuntos relacionados à Antártica e cuidando para evitar surpresa novamente, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil encomendou um estudo sobre a Antártica à ESG. Em 1956, reconheceu a falta de informação e de interesse do governo brasileiro pela Antártica. Para preencher essa lacuna, um segundo estudo foi logo produzido pela ESG em 1957 e assumiu notável importância, pois passou a ser a posição do Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras sobre esse assunto por muitos anos.

Composto por um documento de 60 páginas (Brasil, 1957) e rotulado pelas autoridades como “sóbrio e realista” (Brasil, 1958b), foi o primeiro estudo multidisciplinar sobre a Antártica feito no Brasil até então. Contendo informações que vão do clima à geopolítica, foi amplamente compartilhado com embaixadas brasileiras em todo o mundo e por muitos anos foi o único estudo existente sobre o assunto. De alguma forma, suas considerações ainda influenciam o pensamento antártico brasileiro até os dias de hoje. Provavelmente a maior parte dos políticos e dos decisores responsáveis pela condução das políticas polares brasileiras ainda são influenciados pelas ideias deste documento, embora, provavelmente, nunca tiveram acesso a ele. O estudo realizado na ESG (Brasil, 1957), portanto, conforme reconhecido pelo General de Exército Otávio Saldanha Mazza, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (Brasil, 1958b, p.2)², teve como elementos de destaque:

- a) a possível influência estratégica que as chamadas terras de Graham e suas vizinhas regiões antárticas possam ter na defesa do Hemisfério, por sua posição dominante no Estreito de Drake, por onde é possível que seja desviado o tráfico marítimo no caso de fechamento do canal de Panamá, assim como na passagem do Atlântico para o Índico;
- b) a possibilidade de serem utilizadas estas regiões como bases de projéteis autopropulsados destinados a ataques ao continente sul-americano;
- c) as possibilidades econômicas futuras previstas para o continente Antártico, cuja extração possa se tornar economicamente exequível com o desenvolvimento da tecnologia;
- d) a nenhuma base jurídica que apoie os direitos dos países que atualmente exploram a Antártida.

2 O trecho que comenta o Estudo realizado na ESG foi parte do Ofício 018B, com data de 16 de abril de 1958, classificado como confidencial. O documento foi assinado pelo General de Exército, Otávio Saldanha Mazza, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e destinado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, constando, como assunto, “Interesses brasileiros na Antártida.” Ver Brasil (1958b).

O excerto revela que o estudo elaborado na ESG desencadeou intensa mobilização política. Em 24 de fevereiro de 1958, o Ofício Confidencial n. 09-0-40, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea ao Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (Brasil, 1958a), recomendou que as autoridades governamentais não reconhecessem as reivindicações sobre a Antártica de nenhum país e eventualmente aceitassem apenas a administração internacional temporária, sem abrir mão de seus possíveis interesses para o futuro. Poucas semanas depois, em 16 de abril de 1958, o Ofício Confidencial n.18-B (Brasil 1958b) recomendava propaganda, estudos e expedições à Antártica. Adicionalmente, o estudo foi classificado como confidencial e encaminhado, em 18 de abril de 1958, ao Ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, pelo General Octávio Saldanha Mazza, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.³

Essas considerações foram cruciais para o engajamento do Brasil em uma abordagem autóctone em relação à Antártica. Analisando as raízes desse arcabouço conceitual, o diplomata brasileiro Lindolfo Collor (1956) comparou as situações geoestratégicas do Ártico e da Antártica naquela época, destacando semelhanças e diferenças. Ao fazê-lo, Collor (1956, p. 3) citou a Teoria dos Setores do Senador canadense Pascal Poirier⁴, inspirando uma versão acadêmica das reivindicações brasileiras, embora o Governo nunca tenha proposto uma versão oficial.

Foi nesse contexto que a chamada Teoria da Defrontação passou a fazer parte das análises da Therezinha de Castro. Comumente atribuída a ela, essa abordagem teórica está vinculada à Teoria dos Setores: Castro (1958, p. 49), argumentou:

Vamos reivindicar a nossa parte na Antártida! Se apelaram para a história, apelemos também. Unamo-nos aos países sul-americanos, Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai em torno do direito de defrontação ou dos Setores Polares, idealizados pelo senador canadense Pascal Poirier em 1907 quando tratou da partilha do Polo Norte.⁵

3 O documento original (Brasil, 1957) parecia ser a única cópia existente e foi encontrado nos arquivos do MRE. Em 2022, foi publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG, 2022).

4 Em 20 de fevereiro de 1906, a Teoria dos Setores foi debatida no Senado do Canadá. Foi um meio de justificar os seus direitos sobre os domínios do Ártico. Poirier (1906, p. 271, tradução nossa) abordou em seu discurso que: “[...]na futura partilha, das terras do norte, um país cuja posse hoje vai até as regiões árticas, terá direito, ou deveria ter direito, ou tem um direito a todas as terras que se encontram nas águas entre uma linha que se estende desde a sua extremidade oriental ao norte, e outra linha que se estende desde a extremidade ocidental ao norte. [...]. Esta divisão das regiões polares parece ser a mais natural porque é simplesmente geográfica.”

5 Castro (1958, p. 49) definiu a expressão “Defrontação”, em português, como sinônimo de Setores Polares, evocando o discurso do Senador Poirier de 20 de fevereiro de 1906.

Vale ressaltar que essas ideias repercutiram nos anos seguintes. Foi o caso do Memorando Confidencial do Chefe da Divisão Sul-Americana do Ministério das Relações Exteriores ao Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Americanos. Enviado em 29 de dezembro de 1967, alertou sobre um telegrama enviado pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires, Argentina, mencionando que “a eventual reivindicação do Brasil a um setor na Antártica, conforme preconizado no estudo desenvolvido pela Escola Superior de Guerra [...] com base na Teoria da Defrontação entraria em conflito, entre outras, com as reivindicações territoriais argentinas no sul do continente” (Brasil, 1967, p. 17).⁶

Complementarmente, classificado como urgente e secreto, o telegrama ‘DAM-I’ (Divisão Sul-Americana-I) de 4 de agosto de 1978, emitido pela Embaixada do Brasil em Montevidéu, Uruguai, informava que assuntos relativos à política brasileira para a Antártica estavam cercados de absoluto sigilo nos mais altos níveis do governo uruguaio. No entanto, no que diz respeito à Teoria da Defrontação, o documento apontava que era “irrazoável incentivar o estudo de uma teoria territorialista” (Brasil, 1978, p. 1).

Por outro lado, vozes no Parlamento brasileiro, como Eurípedes Cardoso de Menezes, enfatizaram uma participação proativa do Brasil na Antártica. Isso ficou expresso em um texto publicado em 1971, na Revista do Clube Militar, sob o título “Os Direitos do Brasil na Antártida”. Segundo Menezes (1971, p. 5-8):

Podemos muito bem fazer uma declaração oficial sobre as nossas reivindicações legítimas. Não seria absurdo decretar a anexação da parte da Antártica entre os meridianos do Arroio Chuí e Martim Vaz, pelo princípio da Defrontação, adotado na divisão do Polo Norte e aceito pela Austrália, África do Sul, e Nova Zelândia. [...]. Se foi pensado no Ártico, porque não na Antártica? Principalmente porque será a única forma de resolver o problema de forma pacífica. Caso contrário, haverá divergências e atritos. [...] Depois do decreto, ocupemos o que deve ser nosso, e através da nossa Embaixada nas Nações Unidas, façamos valer o nosso direito, soberania e desejo de justiça e paz.

Neste caso, percebe-se como uma possível reivindicação territorial brasileira na Antártica baseou-se principalmente na “Teoria da Defrontação”. Porém, foi adaptado ao contexto do Polo Sul, por Therezinha de Castro e Carlos Miguel Delgado de Carvalho, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para eles, a

6 O memorando menciona um telegrama emitido pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires em 16 de agosto de 1958. Além disso, esta situação prejudicaria por muitos anos os esforços brasileiros para enviar cientistas para a região. É uma das razões pelas quais o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) opera historicamente com apoio chileno e não argentino.

Antártica deveria ser dividida pelos meridianos extremos dos países do Hemisfério Sul, o que significava que o Brasil teria o direito de reivindicar parte do território antártico⁷. Portanto, apesar da proposição de Collor (1956) sobre uma ocupação efetiva por meio de uma operação naval, tornou-se mais substancial e coerente a versão, de acordo com Castro e Delgado de Carvalho, segundo a qual o Brasil deveria ocupar o que lhe pertencia por direito de defrontação.

Para compreender o ambiente político da época, as percepções sobre a Antártica foram influenciadas pelo impulso dos estudos na Áustria-Hungria, em 1880, que contribuíram para a realização do Ano Polar de 1882/83. O evento foi repetido meio século depois, com o advento do Ano Geofísico Internacional (1957-58), com 37 nações, incluindo o Brasil, que teve imenso impacto no avanço da ciência polar. Neste episódio paradigmático, ficou estabelecido que o critério para participar da Conferência que deu origem ao Tratado da Antártica era realizar pesquisas significativas naquele continente durante o Ano Geofísico Internacional.

Doze países cumpriram este critério e, portanto, foram os signatários originais. Quanto ao Brasil, o País não participou de atividades de pesquisa na Antártica e nunca havia enviado expedição à região no período referenciado. Portanto, o País não foi convidado a participar da Conferência. Contudo, o Ministério das Relações Exteriores apresentou protestos sem sucesso em seu propósito.

Curiosamente, pouco antes, em 23 de março de 1955, o Estado-Maior do Exército enviou ao Secretário do Conselho de Segurança Nacional um relatório defendendo a possibilidade de reivindicação territorial do Brasil sobre a Antártica. O tema chegou a ser destaque em jornais nacionais, a exemplo da Revista da Semana, em edição de 30 de abril de 1955, sob o título “Um pedaço da Antártida pertence ao Brasil” (Lima, 1955), e de O Globo, em edição de 9 de fevereiro de 1956, com a manchete “Também temos direito à Antártica” (*O Globo*, 1956).

3 A DIPLOMACIA E A GEOPOLÍTICA POLAR DO BRASIL

Após o advento da Guerra Fria, a Antártica tornou-se fundamental no tabuleiro da política internacional. Do ponto de vista estratégico, rotas marítimas internacionais relevantes interligam-se com a Antártica, como a Passagem de Drake e o Cabo da Boa Esperança. Para o diplomata José Marcus Vinícius de Souza, em registro histórico (Brasil, 1967), além de Simões *et al.* (2011) e Simões (2020), a região impacta sobre diversos processos globais, principalmente a dinâmica atmosférica, os fluxos oceânicos e, portanto, todo o sistema climático com consequências sensíveis para o agronegócio e a pesca.

7 Com base nesta perspectiva teórica, o Brasil reivindicaria o setor da Antártica localizado entre os meridianos do Arroio Chuí e a Ilha de Martim Vaz.

Segundo Colacrai (2004), Ainley *et al.* (2009) e Câmara e Melo (2018), existem vastas reservas de minérios estratégicos, além de substancial quantidade de água doce na Antártica. Thorp (2012) afirma que, nas águas dos mares de Ross e Weddell, há mais de 50 milhões de barris de petróleo, o que é comparável às reservas do Alasca, embora isso não compusesse a prioridade da agenda geopolítica na esteira da Segunda Guerra Mundial, quando o conhecimento científico era escasso.

A preocupação que afligia as potências era o receio de tensões da Guerra Fria, de uma corrida armamentista ou da ocupação territorial de algum país. Naquele contexto, alguns Estados passaram a reivindicar direitos de soberania sobre áreas que se sobrepunham, contribuindo, inclusive, para a deflagração de conflito armado na região (Câmara; Gonçalves, 2022). Esse ambiente de incertezas desencadeou o lançamento de operações relevantes. Os Estados Unidos lançaram a mais extensa operação polar até então, a Operação High Jump (1946-1947), envolvendo mais de 4.000 militares e 13 navios de guerra da Marinha. Por sua vez, a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) lançou a sua Flotilha Slava (1946) para a Antártica. Nesse contexto, como parte dos desdobramentos, os Estados Unidos lançaram as operações Deep Freeze I (1955-1956) e Deep Freeze II (1956-1957).

O aumento das atividades militares em ambiente polar também passou a inserir o Ártico em iniciativas conhecidas como guerra em tempo frio ou guerra de inverno. O Ártico foi estrategicamente importante devido à disputa por recursos e eixos logísticos, uma vez que o recuo do gelo polar reduziria o custo das operações (Smith, 2022). A gênese do Tratado da Antártica ocorreu, quando, diante dessa situação, os principais atores, por volta de 1950, decidiram construir entendimento mútuo para resolver as questões de forma pacífica.

O Tratado foi concebido e assinado, inicialmente, por apenas doze países, em 1959⁸ e entrou em vigor em 1961. Ao compor a base do Sistema do Tratado da Antártica (STA) junto à incorporação de outros instrumentos jurídicos posteriores, representa o mecanismo regulatório do único continente onde a soberania ainda não está resolvida, uma vez que todas essas reivindicações territoriais não foram retratadas, mas apenas “congeladas” para decisões futuras. De acordo com o Artigo IV do Tratado de Washington (1959), publicado em FUNAG (2021, p.29):

1. Nada contido no presente Tratado poderá ser interpretado como:
 - a) renúncia por qualquer Parte Contratante a direitos previamente invocados ou a pretensão de soberania territorial na Antártida;

8 Como se pode verificar no volume sobre instrumentos normativos da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG (2021, p. 27) os membros signatários do Tratado de Washington de 1959, recepcionado pelo Brasil, em 1975, são Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Japão, Reino Unido, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul, URSS e EUA.

b) renúncia ou diminuição da posição de qualquer das Partes Contratantes quanto ao reconhecimento dos direitos ou reivindicações ou bases de reivindicação de algum outro Estado quanto à soberania territorial na Antártida.

2. Nenhum ato ou atividade que tenha lugar, enquanto vigorar o presente Tratado, constituirá base para proclamar, apoiar ou contestar reivindicação sobre soberania territorial na Antártida. Nenhuma nova reivindicação, ou ampliação de reivindicação existente, relativa à soberania territorial na Antártida será apresentada enquanto o presente Tratado estiver em vigor.

O dispositivo demonstra a essência da moratória e os parâmetros que estão por ser revisados em 2048. No entanto, o STA conta hoje com 55 membros, em que apenas 29 são partes consultivas com direito de voto⁹. Assim, segundo as normas, a principal condição legal para se tornar membro votante é realizar pesquisas científicas substanciais. Nesse sentido, o Artigo IX, 2:

Cada Parte Contratante que se tiver tornando membro deste Tratado por adesão, de acordo com o Artigo XIII, estará habilitada a designar representantes para comparecerem às reuniões referidas no Parágrafo 1 do presente artigo, durante todo o tempo em que a referida Parte contratante demonstrar seu interesse pela Antártida pela promoção ali de substancial atividade de pesquisa científica, tal como o estabelecimento de estação científica ou o envio de expedição científica (Brasil, 1975).

Essa norma apresenta a condição-chave para a constituição de direitos. O Brasil é uma das Partes com direito a voto nas Reuniões Consultivas anuais do Tratado da Antártica (ATCM), com direitos de voto iguais aos dos Estados mais poderosos do planeta, incluindo todos os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Câmara; Melo, 2018). Assim, a investigação científica é fundamental para os países dispostos a influenciar o futuro da governança Antártica. Portanto, a ciência é a ferramenta geopolítica por excelência no STA (Mattos; Câmara, 2020).

Em 2048, os membros do STA terão a oportunidade de propor revisões relativas a alguns pontos-chave do Tratado, como a proibição da exploração de recursos naturais agora em vigor (Coburn, 2017) e o sistema de votação da ATCM, passando para a maioria em vez do consenso. Embora o sistema tenha-se revelado estável e eficiente, é provável que ocorram mudanças geopolíticas, mesmo antes de 2048 (Allen *et al.* 2020). É crucial notar que num contexto em que a camada de

9 Parties (ats.aq), em Secretariat of Antarctic Treaty (2024).

gelo continua a derreter, a procura global de petróleo e minerais poderá crescer e as tecnologias de mineração tornar-se-ão mais viáveis (Chown *et al.*, 2022). No entanto, as reivindicações territoriais históricas sobre o Continente Branco permanecem.

4 O TRATADO DA ANTÁRTICA E O BRASIL

A investigação científica é a base do sistema Antártico. Inspirado na abordagem geopolítica segundo uma perspectiva científica, o Brasil comemorou, em 2021, o 40º aniversário de sua primeira expedição científica à Antártica.¹⁰ O interesse brasileiro em assinar o Tratado da Antártica ocorreu no contexto das crises do petróleo da década de 1970, incentivando o Brasil a avaliar prioridades, em uma década marcada por turbulências numa perspectiva multidimensional. Alguns dos assuntos mais relevantes no processo foram energia, finanças e envolvimento militar. E em meio à ordem ambientalista emergente, o Brasil buscou alternativas no setor de fornecimento de energia, o que finalmente contribuiu, entre outras diretrizes, para a adesão ao Tratado de Washington em 1975.¹¹

Nesse sentido, a década de 1970 foi marcada por uma segunda onda a favor da Teoria da Defrontação. Isso pode ser constatado por meio dos discursos do deputado Eurípedes Cardoso de Menezes na Câmara dos Deputados brasileira, justificando a presença do País na Antártica e, novamente, apoiando uma reivindicação territorial (Menezes, 1971). Therezinha de Castro e Menezes foram fundamentais nesses esforços e, de alguma forma, incentivaram a adesão do Brasil ao Tratado em 1975.

Castro (1958) e Menezes (1971) eram, de fato, a favor de reivindicações territoriais. Isso frequentemente gerou desconforto entre países vizinhos, especialmente Argentina e Chile, o que demandou ao MRE do Brasil a escritura de notas sobre o assunto para apaziguar as reclamações (Ferreira, 2005). Assim, embora o Brasil nunca tenha apresentado uma reivindicação territorial na Antártica, Castro (1958) e Menezes (1971) influenciaram a adesão do Brasil ao Tratado (1975) e a criação do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), em 2 de janeiro de 1982, destinado a promover a pesquisa científica para compreender os fenômenos que afetam o território nacional e a garantir a condição de Membro Consultivo do Tratado da Antártica.

10 Em Marinha do Brasil (2022), destaca-se que, nos dias 22 e 23 de novembro de 2021, o Itamaraty promoveu o Seminário intitulado “Brasil na Antártica: balanço de quatro décadas” reunindo pesquisadores civis e militares que participaram de conferências sobre os desafios históricos e atuais. O Evento marca o momento desde que o País se tornou parte consultiva (1983), após ter lançado o PROANTAR, um dos programas científicos de maior sucesso do país, com duração de mais de 40 anos ininterruptos, situação bastante incomum quando se trata da Ciência brasileira, conforme observado por Câmara *et al.* (2020).

11 O País rapidamente percebeu que a exploração dos recursos naturais era economicamente inviável e ilegal, tal como estabelecido pelo Protocolo de Madrid de 1991.

O Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca também teve um papel crucial no envolvimento brasileiro na Antártica. Como Ministro da Marinha do Brasil durante 1979-1984, criou o programa científico concentrado na pesquisa antártica. Na ocasião, foi assinado o decreto de criação da Comissão Nacional de Assuntos Antárticos (CONANTAR), bem como um documento atribuindo a responsabilidade de elaboração do projeto de implantação do PROANTAR à Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM).

Além disso, sob a liderança do Almirante Maximiano, a Marinha do Brasil comprou um Navio Polar, empreendeu a primeira missão científica e construiu uma Estação Antártica. A embarcação adquirida foi um navio polar dinamarquês usado, “Thala Dan”, então rebatizado de Barão de Teffé (H-42)¹². Em 20 de dezembro de 1982, esta embarcação oceanográfica (NApOC) saiu da Cidade do Rio de Janeiro e navegou para o Sul em direção à Antártica, chegando em 4 de janeiro de 1983 (Câmara *et al.*, 2020); em 1983, o Brasil lançou sua primeira expedição à Antártica, a Operação Antártica I (OPERANTAR), ao lado do navio N/Oc. Professor W. Besnard, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP)¹³. Em 1984, foi construída uma estação de pesquisa (Estação Antártica Comandante Ferraz-EACF), que, em 1986, tornou-se permanente, funcionando durante todo o ano desde então.

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) continua sendo um dos programas científicos de maior êxito no País. Para Câmara *et al.* (2020), ao conferir ênfase em processos decisórios nacionais, verifica-se uma perspectiva antártica relacionada à interação entre oficiais das Forças Armadas, diplomatas e representantes da comunidade epistêmica. Dessa maneira, as diretrizes estratégicas brasileiras, desde 1975, sublinham o papel da ESG, da Marinha, do Itamaraty e de ministérios como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), além de outras instituições que contribuíram para que se construísse uma mentalidade sobre ciência antártica no Brasil.

4 BRASIL: observador ou formulador de normas?

Em 1992, como parte dos renovados interesses brasileiros na Antártica, foi feito um acordo entre a Marinha e a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Nesse contexto, as Forças Armadas seriam responsáveis por todo o apoio logístico, incluindo o financiamento da EACF e das embarcações polares, e, por sua vez, a Secretaria de Ciência e Tecnologia seria responsável pela condução e financiamento de toda a Ciência Antártica. Este acordo, em vigor, tem como resultado, expedições

12 Para informações fornecidas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, ver Marinha do Brasil (2022).

13 Posteriormente, o Brasil adquiriu o NApOc Ary Rongel (H-44), também conhecido como “Gigante Vermelho”, construído na Noruega e encomendado à Marinha do Brasil em 1994.

científicas sem interrupção nos últimos 40 anos, mesmo quando a EACF foi destruída por um incêndio em 2012 (Pedone; Hernandez, 2020).

Além disso, a investigação científica tem sido feita em embarcações polares e locais de acampamento. Consequentemente, os pesquisadores não dependem exclusivamente da estação, com exceção do episódio no verão de 2020/2021, quando, devido à pandemia de COVID, as pesquisas ficaram restritas aos laboratórios do Brasil: foi o único momento em que os cientistas do PROANTAR não realizaram trabalho de campo. No entanto, é essencial notar que as pesquisas não cessaram, pois, a grande maioria da ciência polar do Brasil é feita em universidades públicas e centros de pesquisa, sem os quais o Brasil não teria ciência antártica e passaria a descumprir a obrigação do Tratado.

Apesar das condições favoráveis, o Brasil ainda enfrenta obstáculos (Oliveira *et al.*, 2024). Os dois desafios mais significativos para o Brasil são de natureza i) política, no sentido de que as autoridades brasileiras devem ter em mente que a Antártica é importante para a diplomacia estratégica, na qual o apoio financeiro estável sempre foi uma preocupação significativa (Câmara *et al.*, 2020) e ii) técnico-científica, pois implica que os pesquisadores brasileiros devem se esforçar constantemente para consolidar conexões com outras equipes de pesquisa, incluindo Chile e Argentina, o que significa que a cooperação internacional é de extrema importância para pesquisas futuras em áreas estratégicas.

Nesse sentido, interesses brasileiros bem definidos e de longo prazo poderão encontrar obstáculos orçamentários, administrativos e diplomáticos. Três elementos podem prejudicar o empreendimento antártico brasileiro: i) ausência de apoio financeiro regular, ii) negligência logística (intensificando a dependência do Chile e da Argentina) e iii) redesenho do setor administrativo. Os desafios incluem a elevada rotatividade em cargos estratégicos nas estruturas político-burocráticas, como, por exemplo, a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, a SECIRM, e o Ministério das Relações Exteriores. Esses fatores têm potencial para fragilizar a agenda política brasileira.

No entanto, os resultados de um estudo realizado por Boyadjian *et al.* (2020) demonstraram que o Brasil tem potencial para estar melhor posicionado no ranking de pesquisas antárticas por dois motivos. Primeiro, de acordo com o Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil tem condições de estar entre os dez primeiros países mais relevantes, como acontece quando são classificados de acordo com esse indicador. Além disso, os países com PIB elevado têm apresentado financiamento estável, o que provavelmente está correlacionado com a sua produção científica em termos de qualidade e quantidade, enquanto a estabilidade não é o caso no Brasil. Em segundo lugar, o Brasil é um país do Hemisfério Sul com dois vizinhos com reivindicações territoriais sobre a Antártica: Argentina e Chile. Não tendo reivindicações, o Brasil é um potencial interlocutor para questões antárticas.

Quanto à Estação Antártica (EACF), uma primeira versão foi construída em 1984, passando por significativas ampliações e reformas. Serviu a gerações de cientistas até ser quase destruída por um incêndio em 2012, com a perda de duas vidas. Em 2013, uma estação temporária foi instalada no local em que, posteriormente, a nova estação seria construída e foi inaugurada em janeiro de 2020, contando com uma área de 4.500 m² e representando a maior e a mais moderna da Península Antártica, com 17 laboratórios e potencial para imprimir um grande impulso à Ciência Antártica Brasileira, se devidamente financiada, pois proporcionava produção científica durante todo o ano, inclusive no inverno. O tamanho, a arquitetura e os diversos laboratórios atraíram a atenção de outras nações, já que indicam uma importância geopolítica vinculada a interesses permanentes do Brasil e sinalizam o papel central da ciência como principal ferramenta política no Sistema do Tratado da Antártica.

A pesquisa é condição para o direito de voto nas reuniões anuais dos países signatários do Tratado. Por esse motivo, a estação, segundo Simões (*apud* Pierro, 2020), possui expressivo conteúdo geopolítico. Para Câmara *et al.* (2019), a geopolítica para a Antártica no século XXI envolve ameaças de natureza não convencional, como eventos climáticos extremos, aumento do nível do mar e alterações no potencial biotecnológico. Ademais, desafios crescentes marcam a apropriação territorial e o acesso aos recursos biológicos, evidenciando um tabuleiro geopolítico que precisa incluir o ciberespaço e as tecnologias disruptivas. No que se refere a pesquisas botânicas, esses elementos corroboram a percepção de Câmara e Carvalho-Silva (2020), para quem o Brasil tem potencial para desempenhar um papel central no desenvolvimento da próxima geração da ciência antártica.

Em cada 3 a 4 anos, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) lança editais para recebimento de propostas destinadas a apoiar a Ciência Antártica. Por meio de sua agência financiadora, o CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, costuma apoiar cerca de 20 propostas, incluindo áreas diversas como Atmosfera, Oceanografia, Biologia Marinha, Biologia Terrestre, Glaciologia, Edafologia, correntes marítimas e eólicas, entre outras áreas. Os laboratórios de última geração da Estação Ferraz, associados ao capital humano, fornecem um cenário otimista para a ciência antártica brasileira.

5 OS RECURSOS BRASILEIROS NA GOVERNANÇA POLAR

A maximização dos esforços brasileiros pode ser sentida em iniciativas de diversas naturezas, aumentando a consciencialização sobre uma mentalidade antártica e inserindo a diplomacia polar no radar nacional. Por um lado, as ações administrativas têm aprimorado a estrutura normativa que consolidou o engajamento do País, demonstrando que o Estado brasileiro e a comunidade científica estão comprometidos em tornar o Brasil uma potência científica na

Antártica. Por outro lado, os resultados desta política de Estado estão florescendo e ganhando peso, como pode ser visto através de estações científicas, laboratórios, módulos e embarcações que podem ser interpretados como um símbolo, em que a ciência é a principal fonte de influência geopolítica.

O Brasil tem implementado continuamente esforços para modernizar os mecanismos institucionais. O Decreto nº 1.791, de 15 de janeiro de 1996, criou o CONAPA, Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (Brasil, 1996), no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Reformulado pelo Decreto nº 10.603 em 20 de janeiro de 2021 (Brasil, 2021), o CONAPA aprimorou estruturas normativas para lidar com diretrizes nacionais, comitês consultivos e relações institucionais nacionais e internacionais com órgãos brasileiros e o SCAR, o Comitê Científico de Pesquisa Antártica, por meio de representantes de ministérios e da comunidade científica.

No âmbito das competências da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica do MCTI, o CONAPA é o gestor e incentivador das ações governamentais na Antártica (Brasil, 2021). Entre outras tarefas, empreende medidas no âmbito da iniciativa, como i) a Ciência Antártica para o Brasil: Plano de Ação 2013-2022 e ii) o Plano Decenal para a Ciência Antártica 2023-2032 (Brasil, 2022). Enquanto a iniciativa do Plano Decenal demonstra que a Antártica está inserida no Brasil como uma Política de Estado, o primeiro Plano de Ação Decenal (2013-2022) resultou no Programa Ciência Antártica, cujo objetivo foi desenvolver pesquisas sobre a Antártica e suas conexões com o Oceano Atlântico e a América do Sul, abrangendo seis temas: Mudanças Climáticas, Criosfera, Geodinâmica, Biocomplexidade, Dinâmica Atmosférica e temas emergentes.

Um segundo Plano Decenal da Ciência Antártica (2023-2032) confirma o compromisso, consolida resultados e mantém uma ênfase científica que abre caminho para os interesses brasileiros. Rosa (2022) esclarece que o Plano Decenal se baseia na agenda do SCAR, em que o CONAPA elabora o documento submetido à consulta pública, incluindo especialistas sobre a Antártica, cujas opiniões, sugestões e correções retornam para ajustes. O Plano Decenal inova, contemplando as mudanças climáticas e a inserção científica do Brasil não somente na Antártica, mas também no Ártico, tema que vem sendo debatido, como uma questão candente na atual sociedade brasileira.

Com base na perspectiva brasileira sobre uma Geopolítica de conteúdo científico, o desenvolvimento do novo Navio Polar Antártico (NAPAnt Almirante Saldanha) é uma ferramenta relevante para a expansão de capacidades (Brasil, 2022). Barreira (2022) afirma que a Marinha do Brasil espera comissionar o navio no final de 2025, no âmbito do consórcio entre o Estaleiro Jurong Aracruz (EJA) e a Sembcorp Marine Singapore. Os navios NAPoc Ary Rongel (H44) e NPo Almirante Maximiano (H41) têm sido os principais meios para a logística, além de importantes meios de produção científica: segundo Almeida (2019), por meio de cinco laboratórios embarcados, o Brasil desenvolve cerca de 40% de sua produção

científica, a bordo, abrangendo áreas como Glaciologia, Meteorologia, Biologia, Climatologia, entre outras áreas.

Por intermédio do NApAnt Almirante Saldanha, o PROANTAR passa a operar em área mais ao Sul do que tem abrangido nos últimos 40 anos. Isso facilita a operabilidade em períodos de permanência mais prolongados, oferece alternativa para antecipação do início e postergação do fim das operações oferecendo maior flexibilidade aos cientistas brasileiros. O navio tem capacidade para deslocar aproximadamente 5.880 toneladas, em comprimento de 93,9 m, largura de 18,5 m, calado de 6 m, velocidade de cruzeiro de 12 kt, autonomia de 70 dias e tripulação de 95 pessoas, incluindo 26 pesquisadores.

Além disso, foram adquiridos três helicópteros da Airbus, bimotores e polivalentes, H135, (UH-27 na Marinha do Brasil), para complementar a estrutura operacional. Planejados para operar com navios brasileiros na Antártica, os H135 foram adquiridos em 2019 da Helibras, divisão brasileira de helicópteros da Airbus, para substituir o esquadrão Águia, o AS355F2 Écureuil (UH-13 da Marinha do Brasil). São apropriados para transporte de tropas e cargas, vigilância e evacuação: segundo a Marinha do Brasil (2020), dois foram entregues em 2020. Uma terceira aeronave, de acordo com Barreira (2021), foi entregue em 2021.

Quanto aos Módulos Criosfera, eles significam a atuação científica mais meridional da América Latina na Antártica. O módulo Criosfera 1 (84°S) marca a presença e a expansão do Brasil na Antártica continental a mais de 2.000 km da EACF, operando em modo automático desde 2012. Concebido a partir de uma parceria entre pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), monitora o clima e a química atmosférica (Marcher *et al.*, 2022). No dia 28 de setembro de 2022, foi enviado para a Antártica o Laboratório Automatizado e Sustentável “Criosfera 2”, integrante do PROANTAR (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1922), montado pelo Centro Polar e Climático da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024).

Esses dispositivos têm apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). No segundo módulo, oito pesquisadores participaram da instalação orientada pelo professor Jefferson Simões: o Criosfera 2 prioriza a tecnologia nacional, dedicando atenção a pesquisas sobre Mudanças Climáticas, Climatologia e Glaciologia, e a plataformas de gelo que afetam o Atlântico Sul. O objetivo é melhorar a compreensão da variação climática na Antártica, avaliando como ela afeta frentes frias, ciclones extratropicais e eventos extremos, além de apoiar pesquisas glaciológicas.

Quanto à Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), sua primeira versão foi publicada em 1987, sendo atualizada por meio do Decreto nº 11.096, de 15 de junho de 2022. É nesse contexto que, materializando uma política pública, trata-se

do principal documento que define as atividades antárticas brasileiras, abordando desafios do contexto internacional e apresentando novas perspectivas sobre a presença brasileira na região. Em uma análise prospectiva, com a atenção em 2048, aponta o papel do Brasil. O Sistema do Tratado da Antártica (STA) indica o futuro da participação brasileira nos assuntos antárticos. Em um contexto onde as ameaças que impactam a Antártica tornaram-se mais difusas e trazem riscos disruptivos, identifica-se o surgimento de novos polos de poder, junto a alterações climáticas, à perda de biodiversidade e à escassez de recursos naturais estratégicos (Arpi *et al.*, 2022). Em uma perspectiva geopolítica, a Antártica apresenta-se como uma questão estratégica da mais alta prioridade para o Brasil. Atualmente, a comunidade científica tem insistido na necessidade de se pensar na diplomacia polar conectada com o Ártico, para aprofundar o debate no Brasil sobre as dinâmicas planetárias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser o sétimo país mais próximo da Antártica, os administradores dos interesses nacionais e os estrategistas somente identificaram um conteúdo geopolítico da Antártica em meados da década de 1950. Como pode ser visto por meio da análise documental, a Antártica é muito grande e muito próxima do Brasil para ser ignorada. Um estudo cuidadoso desses arquivos tem revelado que, paulatina e progressivamente, o País vem assimilando a importância da Antártica como um componente nas expectativas nacionais mais genuínas, notadamente após o evento extremo que abalou o Estado do Rio Grande do Sul em abril e maio de 2024.

Os estudos inaugurais realizados na ESG lançaram os pilares do Pensamento Antártico Brasileiro. Isso decorreu, inicialmente, a partir dos esforços que buscavam evitar problemas com países vizinhos, como Argentina e Chile. Contudo, foi nesse contexto que o Brasil percebeu que o Continente Gelado se associa a questões geopolíticas e estratégicas, vinculado a agendas como segurança alimentar, integridade da biosfera, ciclo hidrológico global e alterações climáticas.

Nos dias de hoje, o Brasil experimenta uma fase promissora. Consciente de seus interesses estratégicos e havendo possibilidades de ampliação de atividades científicas, identifica objetivos nacionais ao posicionar-se como ator polar na Antártica e no Ártico. Os desafios na geopolítica antártica vinculam-se a importantes mecanismos de governança polar, ao se considerarem as conexões entre as mudanças climáticas na Antártica e as variações na incidência de frentes frias que atingem a América do Sul. Isso demonstra relações complexas que precisam ser compreendidas de forma abrangente, pois o Brasil tem potencial para desempenhar um papel vital nesses desafios globais.

A pesquisa documental junto a iniciativas como a inauguração da nova Estação Científica Antártica e o lançamento dos módulos Criosfera, indicam que o Brasil projeta seus interesses, ao assumir responsabilidades como protagonista na arena política contemporânea. Isso constitui, portanto, um ponto de virada que

coloca a humanidade em um novo contexto de incertezas, trazendo consequências imprevisíveis, em que a Antártica tem relevância crucial.

Os ensinamentos de Sánchez (2018) nos lembram que a Antártica está mais frágil do que nunca. Dessa forma, reconhecendo a singularidade do Continente, a Estratégia Nacional de Defesa (END) do Brasil estabeleceu como uma de suas Ações Estratégicas de Defesa (AED n.83) a importância de “incrementar a participação brasileira nas decisões sobre o destino da região Antártica” evocando as percepções identificadas desde os anos 1950, quando os pilares do Pensamento Antártico Brasileiro floresceram na ESG. Além de revelar o franco desenvolvimento de uma mentalidade antártica, indicando uma abordagem geopolítica guiada pela produção científica, esse pensamento aponta para a descoberta de outras vocações do Brasil, as quais esperam ser identificadas.

REFERÊNCIAS

AINLEY, David *et al.* (org) *Antarctic climate change and the environment*, Cambridge: The Scientific Committee on Antarctic Research, Scott Polar Research Institute, 2009.

ALLEN, John R. *et al.* How the world will look after the coronavirus pandemic, *Foreign Policy*, March 20, 2020. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/03/20/world-order-after-coronavirus-pandemic/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ALMEIDA, Maurício. Navio Almirante Maximiano transporta pesquisadores na Antártica. *Notícia de Agência Brasil*, 8 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/navio-almirante-maximiano-transporta-pesquisadores-na-antartica>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ARPI, Bruno *et al.* The Antarctic treaty system in 2021 important anniversaries but challenges for consensus decision-making. *Polar Perspectives*, v. 9, p.1-8, 2022.

BARREIRA, Victor. Brazil signs contract for Antarctic support ship. *Janes*, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://www.janes.com/defence-news/news-detail/brazil-signs-contract-for-antarctic-support-ship>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BARREIRA, Victor. Brazilian Navy accepts final H135 helicopter. *Janes*, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://www.janes.com/defence-news/news-detail/brazilian-navy-accepts-final-h135-helicopter>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 75.963, de 11 de julho de 1975*. Promulga o Tratado da Antártida. 1975. Disponível em: [1975https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75963.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75963.htm). Acesso em: 3 jul. 2024.

BOUÇAS, Wladimir F. Antártida: uma reivindicação brasileira, *Mensário de Cultura Militar do Estado-Maior do Exército*, v. 13, n. 90-91, p.1-13, 1956.

BOYADJIAN, Alain *et al.* In: BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; OLIVEIRA, Carina Costa de (org). *Conservation of Living Resources in Areas Beyond National Jurisdiction: BBNJ and Antarctica*, Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2020. p.191-212.

BRASIL. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Seção de Acervo Histórico. *Telegrama, classificado como confidencial pelo Governo Brasileiro*. Brasília, 1958a. [De: Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; Para: Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores nº 09-01-40].

BRASIL. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Seção de Acervo Histórico. *Ofício n.18-B. Interesses brasileiros na Antártida*. 1958b. [Do Gen Ex Chefe do Estado Maior das Forças Armadas ao Min dos Negócios das Relações Exteriores. Data do documento: 16/04/58. Grau de Sigilo: Confidencial. Registro no Arquivo Histórico do MRE: 602.7(02)(04). Assinado por Gen Ex Octávio Saldanha Mazza. Min MRE: José Carlos de Macedo Soares].

BRASIL. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Seção de Acervo Histórico. *Plano de trabalho da DAM em 1968*. Brasília, 1967. [Reg. 352.133. Grau de Sigilo: Confidencial. Data: 19/12/1967. Assina: Expedito de Freitas Resende, Chefe da Divisão da América Meridional].

BRASIL. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Seção de Acervo Histórico. *Carta do Cônsul Mário da Costa Lobo, Argentina e os problemas das Malvinas e da Antártida, Jurisdição do Consulado Brasileiro em Bahia Blanca. Telegrama*. Classificado como confidencial pelo Governo Brasileiro, assinado por José Marcus Vinícius de Souza (13 de dezembro de 1967). Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, Seção de Acervo Histórico, Brasília. Consultado em 10 de agosto de 2020.

BRASIL. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Seção de Acervo Histórico. *Resptel 1068 urgente. De: DAM-I para Brasemb Montevideú. Índice: Antártica. Documentação. Teoria da defrontação*. Brasília, 1978. [Grau de Sigilo: Secreto. Data: 04/08/1978. Assinado por: Exteriores].

BRASIL. *Decreto nº 10.603 de 20 de janeiro de 2021*. Apresenta o Comitê Nacional de Pesquisa Antártica. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10603.htm. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 1791. Estabelece o Comitê Nacional de Pesquisa Antártica, CONAPA, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1791.htm. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. *Material didático da disciplina panorama mundial da política internacional*: Organização das Nações Unidas. [S.l.: s.n.], 1956. Curso Superior de Guerra, Estado Maior das Forças Armadas, Presidência da República. Registro: Reservado I-05-561 (1956): Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, Seção Acervo Histórico, Brasília.

BRASIL. O Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas avaliará plano de ação científica brasileira na região. *Boletim diário MCTI*, 2 maio 2022. Disponível em https://repositorio.mctic.gov.br/bitstream/mctic/4272/1/2022_05_02_boletim_diario_mcti.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. *Política de Defesa Nacional*. 1996. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf/view>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. *Aeronaves UH-17 do 1o Esquadrão de Helicópteros de emprego geral realizam o primeiro voo na Antártica*. 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/aeronaves-uh-17-do-1o-esquadrao-de-helicopteros-de-emprego-geral-realizam-primeiro-voo-na>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf/view. Acesso em 01 ago. 2024.

CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva *et al.* Brazil in Antarctica: 40 years of science, *Antarctic Science*, v.33, p. 30-38, 2020.

CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva *et al.* Potências polares na Antártica e a diplomacia estratégica brasileira. In: ACADEMIC CONGRESS ON NATIONAL DEFENSE, 16., 2019. *Anais [...]*, Escola de Guerra Naval, 2019.

CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; CARVALHO-SILVA, Micheline. 180 years of botanical investigations in Antarctica and the role of Brazil. *Acta Botanica Brasilica*, v.34, no.2, 2020, pp. 430-436.

CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; GONÇALVES, Joanival Brito. O Incidente da Baía Esperanza: possibilidades de confrontação militar na Antártica. *Revista Marítima Brasileira*, v.144, p. 159-164, 2022.

CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; MELO, Renato Batista de. Brasil na Antártica, os próximos 30 anos. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 33, n. 68, p. 64-8, 2018.

CARVALHO, Carlos Delgado de; CASTRO, Therezinha de. A questão da Antártica. *Revista do Clube Militar*, v.142, p. 502-506, 1956.

CASTRO, Therezinha de. Antártica: o assunto do momento. *Boletim Geográfico*, v.16, no. 142, p. 42-49, 1958.

CHOWN, Steven L. *et al. Antarctic climate change and the environment: a decadal synopsis and recommendations for action*. Cambridge: Scientific Committee on Antarctic Research, 2022.

COBURN, S. Eyeing 2048: Antarctic treaty system's mining ban. *Columbia Journal of Environmental Law*, v. 42, p. 1–6, 2017.

COLACRAI, Miryam. *El Ártico y la Antártida en las relaciones internacionales*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

COLLOR, Lindolfo. Os antecedentes: Polo Norte. 1956. [Acervo: Biblioteca MRE, BSB. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, Seção de Acervo Histórico].

CUNHA, Guilherme Lopes da *et al.* O pensamento antártico brasileiro e as instituições de defesa. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 37, n. 81, p. 58-73, 2022.

FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. *O sistema do tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*. Dissertação (Mestrado) - Instituto Rio Branco, 2005.

FUNAG, Fundação Alexandre de Gusmão. O sistema do tratado da Antártica: instrumentos normativos / Fundação Alexandre de Gusmão. – Brasília, DF: FUNAG, 2021.

FUNAG, Fundação Alexandre de Gusmão. O sistema do Tratado da Antártica: documentos e estudos / Fundação Alexandre de Gusmão — Brasília: FUNAG, 2022.

LIMA, Vinícius. Um pedaço da Antártica pertence ao Brasil. *Revista da Semana*, 30 abr.1955.Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909_05&pasta=ano%20195&pesq=Antártida&pagfis=16314. Acesso em: 1 nov. 2023.

MARCHER, Andressa *et al.* Water stable isotopes in snow along a traverse of the West Antarctic Ice Sheet: insights into moisture origins, air-masses distillation history, and climatic value. *An Acad Bras Cienc*, v. 94, Suppl. 1, 2022.

MARINHA DO BRASIL. *Assinado o contrato de construção do Navio de Apoio Antártico*. Agência Marinha de Notícias, 13 jun. 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/assinado-o-contrato-de-construcao-do-navio-de-apoio-antartico>. Acesso em: 1 jul. 2024.

MATTOS, Leonardo Faria; CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva. A Ciência Antártica como Ferramenta Geopolítica para o Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, v. 140, p. 15-23, 2020.

MENEZES, Eurípedes Cardoso. *Declaração da Antártica*: discurso na Câmara dos Deputados. 1971. [Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, Seção de Acervo Histórico].

O GLOBO. Também temos direito à Antártica. 1956. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=195019560209>. Acesso em: 02 jul. 2024.

OLIVEIRA, Israel *et al.* Antártica, meio ambiente e mudanças climáticas: a participação da ciência brasileira no continente gelado. *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, n. 2967, 2024.

PEDONE, Luiz; HERNÁNDEZ, Gabriele Marina Molina. A reconstrução da estação Antártica Comandante Ferraz. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, v.12, n. 23, p.37-55, 2020.

PIERRO, Bruno de. Estação na Antártica é reaberta: nova infraestrutura, que tem capacidade para 64 pessoas e 17 laboratórios, substitui base incendiada em 2012. *Pesquisa Fapesp*, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/estacao-antartica-e-reinaugurada/>. Acesso em: 01 jul. 2024.

POIRIER, Pascal. Possession of the lands in the north of the dominion. *In: Debates of the Senate of the Dominion of Canada (1906-7)*. BROS, Holland (ed.) Discurso no Senado do Canadá. 1906. [10º Parlamento, 3ª Sessão: v. 1., 20/2/1906]. Disponível em: https://parl.canadiana.ca/view/oop.debates_SOC1003_01. Acesso em: 2 jul.2024.

ROSA, Luiz Henrique. *O Plano Decenal da Ciência Antártica (2023-2032): percepções como membro do Comitê Nacional de Pesquisa Antártica (CONAPA)*. Entrevistado por Guilherme Lopes da Cunha, em 30 nov. 2022. [via mensagem eletrônica].

SÁNCHEZ, Ignacio José García. *La Antártida 2050: horizontes foscas. Cuadernos de estrategia: Instituto Español de Estudios Estratégicos Madrid*, v.198, p. 229-260, 2018.

SECRETARIAT OF ANTARCTIC TREATY. *Parties*. 2024. Disponível em: <https://www.ats.aq/devAS/Parties?lang=e>. Acesso em: 15 jul. 24.

SILVA, Paulo Vecchi Ruiz Cardoso da. *Brasil, um país polar: a presença brasileira na Antártica e as perspectivas no Ártico*. Dissertação (Curso de Altos Estudos em Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, 2020.

SIMÕES, Jefferson Cardia *et al.* *Antártica e as mudanças globais: um desafio para a humanidade*. São Paulo: Editora Blucher, 2011.

SIMÕES, Jefferson Cardia. *A Brazilian Perspective on Antarctica and the Southern Ocean*. In: Anders Beal. (Org.). *The White Continent and South America: Climate Change, Global Policy, and the Future of Scientific Cooperation in Antarctica*, Washington, D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2020, v. 1, p. 110-127.

SMITH, Jason. *Melting the Myth of Arctic Exceptionalism*. *Modern War Institute at West Point, 19 ago*. 2022. Disponível em: <https://mwi.usma.edu/melting-the-myth-of-arctic-exceptionalism/>. Acesso em: 02 jul. 24.

THORP, Arabella. *Antarctica: the treaty system and territorial claims*. *House of Commons: International affairs and Defense Section*. 2012. Disponível em: <http://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/SN05040/SN05040.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Centro polar e climático*. 2024. Disponível em: <https://www.centropolar.com>. Acesso em: 9 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Criosfera 2 embarca rumo à Antártica*. 2022. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/criosfera-2-embarca-rumo-a-antartica-1>. Acesso em: 3 jul. 2024.

Recebido em: jun. 2024.

Aceito: jul. 2024.